

ATA DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 1º-8-2018.

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Lourdes Dallacort, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 079/18 (Processo nº 0847/18), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 051/18 (Processo nº 0640/18), de autoria de André Carús; o Projeto de Lei do Legislativo nº 071/18 (Processo nº 0787/18), de autoria de Cláudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 098/18 (Processo nº 1061/18), de autoria de Felipe Camozzato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 056/18 (Processo nº 0667/18), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 069/18 (Processo nº 0783/18), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 100/18 (Processo nº 1095/18), de autoria de Mendes Ribeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 037/18 (Processo nº 0524/18), de autoria de Rodrigo Maroni; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 018/18 e o Projeto de Resolução nº 017/18 (Processos nºs 1092 e 0842/18, respectivamente), de autoria de Sofia Cavedon; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 046/18 (Processo nº 0573/18), de autoria de Valter Nagelstein. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nº 684/18, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 278/17 (Processo nº 2556/17); nº 687/18, comunicando sua ausência do dia 26 ao dia 29 de julho do corrente, a fim de participar de reuniões no Ministério da Fazenda e no Ministério da Educação, em Brasília – DF; nº 688/18, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18 (Processo nº 0720/18); e nº 0730/18, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 138/17 (Processo nº 1192/17). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Aldacir Oliboni, Sofia Cavedon, Paulinho Motorista, Fernanda Melchionna e Cláudio Janta. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia primeiro ao dia três de agosto do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança a suplente Lourdes Dallacort, após a entrega do seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a prestação de compromisso legal e indicação do nome parlamentar, informando-lhe que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança

Urbana. Às quinze horas e doze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Na oportunidade, foram apregoadas declarações firmadas por Ricardo Gomes, comunicando o impedimento dos suplentes Matheus Ayres, Fernanda Caldas Jardim, Tarso Roveda Boelter e Jorge Cuty em assumirem o exercício da vereança do dia primeiro ao dia três de agosto do corrente, bem como declaração firmada por Alvaro Araujo, comunicando seu impedimento em assumir o exercício da vereança no mesmo período. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/18 (Processo nº 0725/18), discutido por Sofia Cavedon, Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel e Adeli Sell. Durante a apreciação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/18, Aldacir Oliboni e Ricardo Gomes cederam seus tempos de discussão a Adeli Sell e a João Carlos Nedel, respectivamente. Na oportunidade, foram apregoadas as seguintes proposições ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/18: Subemenda 01, assinada por Cassio Trogildo, à Emenda nº 17, bem como Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa subemenda; Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27 e para a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 06; Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 17; Subemenda nº 02, assinada por Cassio Trogildo, à Emenda nº 17, bem como Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa subemenda; e Emenda nº 28, assinada por Sofia Cavedon, Dr. Thiago, Cláudio Janta e Fernanda Melchionna, bem como Requerimento de autoria de Dr. Thiago, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Às dezesseis horas e treze minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por João Carlos Nedel, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 052/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 290/15, 168, 344 e 379/17, 065, 067 e 077/18 e os Projetos de Resolução nos 045/17, este discutido por Sofia Cavedon, e 020/18. Também, Dr. Thiago, Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa pronunciaram-se durante o período de Pauta. Durante a Sessão, Mauro Pinheiro e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Michael Parker, ex-Chefe de Segurança da Polícia de Los Angeles. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal e Valter Nagelstein e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do Sr. Michael Parker, ex-Chefe de Segurança da Polícia de Los Angeles. Seja muito bem-vindo ao plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Presidente Mônica Leal; boa tarde a todos os Vereadores e Vereadoras, colegas que estavam em recesso, em especial ao serviço público municipal, que se mantém organizado, mobilizado nesse retorno do recesso da Câmara.

Mais uma vez, venho aqui reiterar que vai ser um semestre de lutas para os servidores públicos e que vai ser fundamental a mobilização de vocês, mais do que qualquer coisa, mantendo essa pressão para conseguirmos organizar e termos um ano de vitórias para o funcionalismo público.

Eu venho aqui para relatar o que não foi o meu recesso, mais uma vez. Eu represento uma causa profundamente inglória, uma causa derrotada, eu diria, que é a causa dos animais. Como em nenhum recesso foi diferente, neste também eu tive dezenas e dezenas e dezenas de casos de animais no último estágio, entre a vida e a morte. Nessas minhas férias – que eu não tive –, não tive sequer uma hora ou duas em que não tivesse que salvar animais em estado limítrofe de vulnerabilidade, entre a vida e a morte, literalmente. Não consegui salvar muitos animais, porque eles sofrem espancamentos, são abatidos a tiros, são esfaqueados, estuprados, atropelados, e para nada disso cabe a lei. Eu estou aqui há três anos e seis meses, exatamente, e não consegui aprovar nenhum projeto relacionado aos animais – o que é muito triste; aprovei apenas os de nome de rua ou algo profundamente superficial, mas projetos que realmente interferissem na questão dos animais, não consegui aprovar. Primeiro, porque há uma inexistência absoluta, por parte dos Municípios, em querer investir na causa animal. Segundo, porque há uma falta de vontade, porque os animais não rendem dinheiro e dão custo. E todos os Municípios colocam os animais como algo inexistente, algo que não deve ser tratado pela política pública, infelizmente. Isso faz com que nós, protetores de animais e nem me considero um parlamentar, considero-me um protetor de animais que está no Parlamento –, tenhamos bastante trabalho em todos os Municípios. Então, mais uma vez, eu subo aqui e reitero a importância de o tema dos animais ser tratado com respeito e dignidade, porque, infelizmente até hoje, na história do Brasil, não foi. Avançou-se muito em várias pautas ao longo dos últimos 50, 60 anos, e mesmo ainda estarmos vivendo num período medieval na política, já há leis que minimamente, por exemplo, protegem a mulher do machismo – está aqui a Silvana, uma lutadora feminista que sabe muito bem disso. Há leis, hoje, que garantem a dignidade dos gays, das lésbicas, mesmo sabendo que há uma homofobia contundente e clara na nossa sociedade, assim como há leis que protegem os negros do racismo. Na questão dos animais, nada avançou em nenhum período e, infelizmente, em nenhum governo, em nenhum partido. Nós chegamos no ano de 2018 com as mesmas leis de 1940, considerando os animais são tratados pelas pessoas como objetos e sem nenhum tipo de respeito, o que reflete a nossa sociedade. Estando a política atrasada, estando os

políticos atrasados, naturalmente nos tornamos uma sociedade mais egoísta, mais individualista, mais primitiva. Não é por nada que hoje até figuras como o Deputado Jair Bolsonaro se apresentam como candidatos à presidência da República, inclusive comentando que gostaria de ter o voto escrito para não ser roubado nas eleições. Mas eu gostaria que o voto fosse aberto, para daqui 30 anos sabemos quem votou nele!...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): ...Ele defende o armamento entre as pessoas – imaginem! Se uma pessoa discorda da outra, puxa um revolver e pronto; ou estaremos com uma bazuca, um contra o outro – há pessoas que defendem isso. De repente, a pessoa vai numa loja locar um DVD e, por discordar, puxa uma pistola, que é uma forma de proteção individual; pessoas que mal conseguem segurar um celular acham que uma sociedade vai se adequar a isso. Há uma parcela da população que defende e que vai votar nisso, lamentavelmente. Imaginem, então, numa sociedade assim como serão tratados os animais? Essa é a realidade que eu vivo como protetor dos animais.

(Não revisado pelo orador.)

(Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Quero saudar a presença, entre nós, do Sr. Michael Parker, ex-Chefe de Segurança da Polícia de Los Angeles, Califórnia, que veio nos brindar com sua presença e estará participando, na sexta-feira, do Seminário que faremos sobre segurança e criminalidade. A sua esposa, Dra. Rosana, que foi da Procuradoria-Geral do Estado da Califórnia, atualmente aposentada, e também foi Chefe do Ministério Público no Estado da Califórnia – ambos estão nos honrando com as suas presenças aqui em nossa Cidade. Estou muito agradecido pelas suas presenças, e agradeço também a Ver.^a Mônica Leal, que havia feito a saudação. Muito obrigado. (Palmas.) Agradeço os aplausos, são muito bem-vindos.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente; colegas Vereadores Vereadoras; o público que está nos acompanhando, de modo especial aqui os Municipários, sejam bem-vindos nesta tarde de votação e de debate político. (Palmas.) Quero fazer uma menção muito especial ao movimento de greve deflagrada no dia de ontem, não só dos municpários, mas, de modo especial, também dos trabalhadores do IMESF, que sofrem a falta de reposição salarial já por dois anos, e a reposição da inflação, como também os próprios municpários, até então, não têm tido

sinalização nenhuma de o atual Governo recuperar os seus salários, o seu poder de compra, porque nós, cidadãos e cidadãs, também andamos pela Cidade e pagamos a passagem de ônibus; nós andamos pela Cidade e também nos alimentamos. Percebemos que, todo o santo dia, os preços sobem, mas não há um reconhecimento do funcionário público pelo Governo atual em relação à recuperação salarial dos últimos dois anos, e ontem houve um movimento muito profícuo onde se percebeu a indignação desses trabalhadores. Conheço muito bem a área da saúde, porque trabalho há 38 anos nela, e também a rede de atendimento médico na Cidade, das dificuldades por que passam os trabalhadores. Mesmo com o movimento de greve dos trabalhadores dirigindo-se à Prefeitura Municipal, o Prefeito municipal continua com sua posição radical, intransigente, desleal e antidemocrática, de não receber nem mesmo uma comissão, um documento expressando a vontade e a denúncia daquelas entidades frente às más condições de trabalho em inúmeros postos de saúde e prontos atendimentos da Cidade. Nós percebemos e discutimos aqui, há mais de ano, na Frente Parlamentar em Defesa da Estratégia da Saúde da Família e dos Trabalhadores, da qual sou Presidente, que o Governo Municipal não abre o diálogo, para reconhecermos o trabalho realizado pelos funcionários públicos e, de um modo especial, os trabalhadores da saúde. Por isso, somamos-nos a eles nesse movimento, não só de busca pelo reconhecimento do seu trabalho, mas também pela reposição da inflação e pelo reconhecimento das condições precárias de trabalho, que, muitas vezes, não estão só nas unidades de saúde, mas nos prontos atendimentos. Refiro, como exemplo, o Postão da Cruzeiro; o Postão 24 Horas, lá na Bom Jesus; o da Lomba do Pinheiro; ao Hospital de Pronto Socorro; ao Centro de Saúde Modelo e a outros tantos pontos de atendimento – são mais de 140 da Estratégia da Saúde da Família –, e o Governo, infelizmente, não abre o diálogo. Foi oportuno quando, hoje pela manhã na Reunião de Líderes, o nobre Líder do Simpa, Sr. Alberto Terres, trouxe um apelo a Câmara de Vereadores: para que o Presidente, as Lideranças, Câmara como um todo intermediasse uma mesa de negociações com o Governo. Esperamos que o Governo se sensibilize e perceba que ele foi eleito por uma parte da população e que, enquanto Prefeito, ele tem que olhar toda a planície, olhar toda a Cidade e reconhecer que esse cidadão, que hoje trabalha na área da saúde – os profissionais da saúde –, merecem atenção, merecem a abertura do diálogo, merecem reconhecimento e, mais do que isso, a reposição da inflação para continuarem sendo valorizados pela Cidade e pelo serviço que fazem. Para concluir, Presidente, reafirmamos que nós, da bancada do PT, não só porque conhecemos a área, percebemos a falta de servidores, já que o Governo Municipal não chama nem mesmo os concursados; percebemos a falta de médicos, de técnicos em enfermagem, de enfermeiros, de agentes comunitários de saúde, de agentes de endemias em toda a rede, principalmente no IMESF, que é o Instituto que congrega a Estratégia de Saúde da Família. Então, queremos aqui registrar a nossa indignação e também nos somar ao apelo da abertura de negociação para o reconhecimento do trabalho digno que os senhores e as senhoras fazem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Boa tarde a todos e a todas, cumprimento os nossos colegas municipais e municipais, falo em nome da oposição – dos Vereadores do PSOL e do PT –, e começo registrando o absurdo da falta de diálogo do Governo Municipal com as categorias que reivindicam salário, dignidade, respeito e diálogo com a Prefeitura. No dia de ontem, durante a manifestação dos município, os trabalhadores e trabalhadoras do IMESF, desde de manhã estavam se encaminhando ao Paço Municipal, tinham uma agenda pública e gostariam de entregar um documento ao Prefeito Municipal, mas a porta da Prefeitura estava fechada, na cara dos município, as janelas trancadas. Estavam lá na frente professores, técnicos em nutrição, médicos, enfermeiras, engenheiros, dentistas, na frente da Prefeitura, e qual é a obrigação de um gestor, em nome da cidade de Porto Alegre, em nome dos munícipes de Porto Alegre? Será que o Prefeito Marchezan não tem a consciência de que ele representa 1,4 milhão de trabalhadores e cidadãos neste momento e tem a obrigação de receber os movimentos sindicais, os trabalhadores que servem esta Prefeitura – obrigação! –, e está impedido, por exercer cargo público e por representar esta Cidade, de cerrar as portas e não fazer diálogo. Nunca vivemos isso nesta Cidade, nem nos piores tempos, sempre vivemos mesas de negociações contínuas, duras, difíceis, com barreiras nas portas, é verdade, muitas vezes, mas com mesas de negociação e com diálogos com as categorias. Achei indigno um Prefeito utilizar uma responsabilidade e um poder que ele tem para simplesmente negar diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras desta Cidade. Parece, para o Prefeito e para Vice-Prefeito – porque também me remeti ao Vice-Prefeito através de WhatsApp e telefone, já que ele não atendia o telefone –, que não tem nenhuma importância nós termos greve na cidade de Porto Alegre. O quanto se importam o Prefeito Marchezan e o Vice-Prefeito Gustavo Paim com a cidade de Porto Alegre, se a atenção básica em saúde está paralisada e eles não acham que têm que abrir negociação? Que nível de Prefeito ocupa a Prefeitura de Porto Alegre, nesses anos, na Capital? É de uma gravidade muito grande.

A greve dos município e municipais continua, a do IMESF só encerrou porque a Justiça abriu mesa de negociação – a Justiça teve que abrir e obrigar o Governo a negociar com os trabalhadores. Como eles são CLT, eles têm esse recurso. Os servidores públicos, cujas famílias, homens, mulheres, idosos, estão com o serviço público prejudicado, não tem mediação na Justiça, a mediação é o próprio Governo ou este Legislativo. E é disso que eu quero falar agora. Mais uma vez, é esta Câmara que tem a condição de dar ouvidos, de escutar, de dar guarida a movimentos legítimos, porque os município e municipais estão com os salários congelados, estão com os salários parcelados. Também tem falta de trabalhadores na saúde. Quem vai ao HPS sabe o estresse que estão vivendo os servidores com falta de profissionais, com falta de material para trabalhar. Também sabem o que significam, no DMAE, as inúmeras horas extras para suprir a necessidade de manutenção, controle e serviço de água e esgoto nesta Cidade. Nós sabemos, nas escolas, que esta semana apenas estão em recesso,

quantas aulas não estão sendo dadas por falta de professores. E se soma a isso uma greve, e se soma a isso um Prefeito arrogante, ausente, intransigente nas ideias e nas suas vontades. Eu não vou embora, pessoal! Nem vocês, que aliás, são bem-vindos aqui, muito bem-vindos!

A intransigência do Prefeito Marchezan tem jogado esta Cidade no caos. E nós aqui vamos tentar e estamos tentando, minimamente, considerar, ou garantir que a cidade de Porto Alegre tenha um espaço de diálogo com seu gestor. Nós não estamos mais em tempo de ditadura! Nós estamos em tempo de democracia! E se os projetos vêm para cá sem discussão, se o diálogo não acontece lá, o Parlamento vai decidir: enterrou o Projeto nº 08; vai enterrar essa previdência complementar, que é um equívoco, porque a previdência já tem solução; vai enterrar o Projeto nº...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. Agradeço, senhoras e senhores.

O Ver. Moisés Barboza solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 1º a 3 de agosto de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Suplente Lourdes Dallacort, em função da impossibilidade de os Suplentes Matheus Ayres, Fernanda N. Caldas Jardim, Tarso Roveda Boelter, Alvaro Araújo e Jorge Cuty assumirem a Vereança, assumirá no lugar do Ver. Moisés Barboza. Solicito à Suplente Lourdes Dallacort que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que a Suplente Lourdes Dallacort prestará a seguir.

SRA. LOURDES DALLACORT: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Declaro empossada a Ver.^a Lourdes Dallacort. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Lourdes Dallacort, V. Exa. integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, CEDECONDH.

O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde, Presidente Valter, demais presentes, pessoal que nos assiste em casa; nossos amigos municipais, agradeço a vocês pelos serviços prestados para a nossa população; no dia 25 agora, foi o Dia do Motorista. Eu me orgulho muito por trabalhar, por 24 anos, como motorista de ônibus. Volto a dizer que me orgulho pela minha classe, pela minha categoria, porque também é uma classe sofrida. No dia a dia, o trânsito de Porto Alegre está cada vez pior. O motorista tem que cumprir horário, muitas vezes é cobrado, muita gente, às vezes, não aceita o atraso, mas o motorista faz de tudo para chegar no horário, só que não tem como. As tabelas são entregues com voltas de retorno... Às vezes, o motora está na Azenha, tem dez minutos para ir até a Borges, embarcar os passageiros e voltar, isso não tem como. Com dez minutos, às vezes, ele não chega nem na UFRGS. No dia 25, tivemos um evento de que eu participei, junto com o meu amigo Reginaldo Pujol, e com os Vereadores Dr. Goulart, Márcio Bins Ely, e Ver. Pujol foi uma honra trabalharmos naquele dia, para que aquela homenagem fosse entregue aos rodoviários, aos motoristas, aos cobradores, aos fiscais. Sempre falo em nome dos motoristas e dos cobradores de ônibus, porque, por 24 anos, sempre fui acompanhado por um cobrador me ajudando, essa classe que jamais deve ser extinta, como já foi tentado. Vou lutar sempre por essa classe, porque sei da importância que tem o cobrador no ônibus, auxiliando o motorista no dia a dia; eu mesmo, sempre estava atento ao trânsito e o cobrador sempre me ajudava nas difíceis viagens que fiz nesses 24 anos. Eu me comunico bastante com o pessoal rodoviário e tenho um orgulho imenso quando as pessoas me abordam na rua e me perguntam: “Por que esse nome Paulinho Motorista?” “Porque eu trabalhei por 24 anos como motorista e ainda me sinto motorista até hoje”. Sempre que vou renovar a minha carteira, renovo como motorista de ônibus, porque é a minha ferramenta de trabalho. Hoje, estou Vereador; amanhã, não sei, mas sei que dependo da minha carteira de motorista para continuar exercendo a minha profissão como motorista de ônibus, o que sempre fiz com muito orgulho. Graças a Deus, fiz o possível, nesses anos todos, para tratar os passageiros com educação e hoje tenho o carinho deles, principalmente das pessoas idosas, que precisam de carinho e atenção, e no período em que era motorista, transmiti isso para eles. Volto a lembrar da felicidade daquele pessoal quando daquela homenagem, recebendo aquele prêmio pela dedicação deles no dia a dia, e eu, sempre que posso, estou em contato com os meus amigos motoristas, cobradores, fiscais, vendo se eles precisam de alguma coisa e no que eu posso ajudar, porque eu não posso esquecer das minhas origens. Estou aqui, graças a Deus, no segundo mandato, mas não posso esquecer de onde eu vim; nunca devemos esquecer de onde viemos, temos que ter essa humildade, mas precisamos trabalhar forte. Hoje, os municipais estão aqui presentes com suas reivindicações, pessoas que trabalham no dia a dia, as quais eu acompanho porque estou sempre na rua, estou sempre nos departamentos, e, graças a Deus, não tenho queixa nenhuma de vocês. Eu quero deixar um grande abraço, de coração, para a minha classe rodoviária – motoristas, cobradores, fiscais –, todos

aqueles que no dia a dia transportam a nossa população da melhor maneira possível; sei que às vezes não dá certo, como volto a dizer, por causa do horário, ônibus muito cheio, eu sei que a população sofre, porque eu acompanhava também aquela situação. Mas eu, como motorista de ônibus por esse tempo todo, tenho o maior orgulho e uma admiração pelos profissionais rodoviários, assim como tenho admiração, como já falei, por vocês, municipais. Um grande abraço para vocês, fico feliz que estejam hoje aqui reivindicando seus direitos e um abraço para a minha família rodoviária, que eu me sinto, até hoje, motorista de ônibus, por isso Paulinho Motorista, Paulinho Motorista sempre. Um abraço, pessoal. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Paulinho Motorista. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e a todas, eu queria cumprimentar os queridos colegas municipais da cidade de Porto Alegre que nos acompanham em parte aqui no plenário, a outra parte, Presidente Valter, segue lá fora, mesmo tendo lugares disponíveis. Então, eu queria solicitar que nos lugares disponíveis... Nós queríamos a abertura total, mas levando em consideração a determinação do Presidente da Mesa de ter os lugares conforme o PPCI, que pelo menos esses lugares vagos pudessem ser preenchidos pelos servidores que estão lá fora esperando.

Eu queria falar aqui em meu nome, em nome dos Vereadores Roberto Robaina e Prof. Alex.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): É que falta gente para defender o Marchezan! Desculpem, gente, vocês são meia dúzia de gatos pingados! Olha, é difícil ter gente que defenda o Governo, mas tem, e nós respeitamos quem está no plenário, e tem muitas cadeiras vazias.

Feito esse requerimento ao Presidente, eu queria falar da gravidade da situação em Porto Alegre. Ontem nós vivemos uma manifestação grandiosa, e foi linda a caminhada unificada dos servidores do IMESF que estavam em greve junto com os servidores municipais, que também começaram a greve a partir de ontem num processo de mobilização que mostra o autoritarismo do Governo. São categorias que desenvolvem um serviço fundamental à população, que, infelizmente, não podem... Eu não posso nem dizer ter descanso, porque, quando o servidor está no serviço público, ele tem muito trabalho, mas tem muito trabalho para a comunidade, e o Governo Marchezan, que está sempre com a faca no pescoço dos servidores, leva a esta situação de caos, de desmonte e, ao mesmo tempo, de obrigação de os servidores entrarem em

greve para garantir os seus direitos. No caso do IMESF eles queriam, depois de três anos de congelamento de salário, retirar a gratificação de 10%, fazendo uma retirada de salário real dos milhares de servidores que fazem parte do nosso serviço em saúde – os agentes de endemias, os agentes comunitários, os servidores que estão nos postos de saúde –, e, a partir de uma greve muito vitoriosa que reuniu milhares de trabalhadores do IMESF, garantiu-se, via mobilização e via judiciário, a vitória da categoria, e, portanto, a vitória do povo de Porto Alegre.

E nós estamos aqui na Câmara de Vereadores de novo tendo que fazer com que essa vitória seja a partir desta mobilização e também da possibilidade de essa mobilização repetir a vitória que foi a derrota do PL do regime, porque o Prefeito quer atacar! O Prefeito quer ajustar... O Prefeito transfere responsabilidade para a Câmara de Vereadores. Que Prefeito é esse que fecha a porta da Prefeitura para os servidores municipais que, felizmente, seguirão depois da era Marchezan? Os servidores que prestam serviço à população de Porto Alegre foram fechados, barrados na porta; não só foram impedidos de entrar no Paço Municipal, como foi desautorizada, pelo Governo Marchezan, a reunião com o Secretário – está aqui o Alexandre que confirma isso – que receberia os servidores municipais. E nós temos que estar no primeiro dia depois do recesso, de novo, em uma situação de crise, de mobilização, de greve de uma categoria importantíssima como é a dos municipais, e, ao mesmo tempo, o silêncio do Governo Marchezan, que quando abre a boca é para atacar os servidores ou para mandar fechar a porta do Paço Municipal. Ao mesmo tempo, faz com que recaia muita responsabilidade para os Vereadores desta Casa, que garantiram, no projeto de lei sobre o regime, por 22 votos, a derrota de um ataque brutal à carreira, garantindo que os servidores pudessem retornar ao trabalho, e, ao mesmo tempo, tirarem um pedaço da faca do pescoço. Mas o Governo não deixa, botou outra faca: o projeto criando a previdência complementar. Mas vamos ter toda tarde para debater e mostrar como ele mente sobre a previdência, como ele quer privatizar a previdência, como ele quer pegar o dinheiro da aposentadoria para...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): ...como ele quer usar esse dinheiro para financiar – vamos explicar por que – criar um novo filão para uma lógica financeira e também pegar a contribuição patronal do Previmpa, de muitos anos, para usar em outras áreas que não seja a previdência dos servidores. Nós vamos ter a tarde inteira para demonstrar isso, mas ao começar o debate sobre o projeto da previdência eu atento para a transferência de responsabilidade de um Prefeito que chama servidor de vagabundo, que chama – peço desculpas pela palavra – Vereador de cagão; que desrespeita a população de Porto Alegre e que lamentavelmente parece um guri mimado em seu palácio, tentando atacar os direitos de Porto Alegre. Mal sabe ele que a nossa Capital tem história de resistência e de luta.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Melchionna. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente; colegas Vereadores; municipais de Porto Alegre, que retornam a esta Casa – até parece que esta Casa nem teve recesso, voltamos com os mesmos problemas. Voltando do recesso, quero falar de um assunto que se iniciou neste Governo, quando fomos induzidos, eu e outros Vereadores, a subir nesta tribuna, no início do Governo, e dizer que a Prefeitura de Porto Alegre tinha um déficit de R\$ 750 milhões. Saiu nos jornais, no dia 28 de julho, no Portal Transparência, na pág. 7, atualizada, a demonstração de que o único ano em que a Prefeitura de Porto Alegre teve déficit foi no ano de 2013, em função da Copa do Mundo – déficit que ficou até acima da média em função de investimentos que a Prefeitura fez. O resultado atual do ano passado, na Prefeitura, foi um superávit de R\$ 163,5 milhões – claro que uma parte bem grande dele, engessada por lei; os R\$ 79,5 milhões de superávit da Prefeitura eram oriundos do DMAE – exclusivos do DMAE. Só que esse superávit vem com uma rubrica: ele deve ser aplicado exclusivamente em investimentos de saneamento. Querem entregar para quem esses R\$ 79,5 milhões do DMAE destinados a saneamento? Então, eu quero que as senhoras e os senhores, que estão em casa me escutando, através da Rádio Web, da imprensa que nos acompanha, da TVCâmara, das redes sociais, que façam esse raciocínio: para quem nós queremos entregar esses R\$ 79,5 milhões do DMAE? Teve também um superávit de incremento que veio de recursos vinculados à União, do Fundeb e do SUS, de R\$ 56,5 milhões, exclusivamente para pagamento de funcionários. Só que o Governo foi aos bancos, pegou um dinheiro a juros de 1,42%, gerando para a Prefeitura um prejuízo aos cofres do Município de R\$ 12 milhões. Aí não pode ter dinheiro, tem que jogar toda a culpa nas senhoras e nos senhores mesmo! O Governo tinha dinheiro para pagar os servidores públicos! Não pagou para gerar esse caos na população de Porto Alegre. Não pagou para ir lá na Zona Sul, no Extremo-Sul, fazer chacota na reunião do Orçamento Participativo, jogar a população de lá contra os servidores públicos e contra esta Casa novamente, dizendo que a população do OP tinha que vir aqui cobrar dos Vereadores. Cobrar o quê? Eu não me elegi Prefeito de Porto Alegre; eu não andei esbaforido nas ruas da Capital, dizendo que ia resolver o problema da população! Eu me elegi Vereador, dizendo que ia ajudar a resolver os problemas desta Cidade, com um Prefeito que conhecesse os problemas de Porto Alegre, foi para isso que me elegi. Eu quero deixar bem claro para toda a população de Porto Alegre: tenho um documento aqui na minha pasta para vocês assinarem, dizendo que estão cientes de que irão abrir mão dos seus salários. Se vocês estão conscientes do que estão fazendo, de abrir mão de 50% dos seus salários, de abrir mão do que vocês têm direito, eu tenho um documento aqui na minha pasta, vocês me peçam e assinem esse documento. Documento que diz que vocês estão conscientes do que estão fazendo, já que nenhum trabalhador, em sua consciência, abre mão do sustento da sua família – nenhum trabalhador, em lugar nenhum do mundo! E eu conheço muito bem os trabalhadores. Eu, desde os meus 16 anos, conheço os trabalhadores. Trabalhar, não sendo pressionado pelo patrão, não abre mão de nada

na sua vida. Nada! Trabalhador luta até o fim para garantir os seus direitos, as suas conquistas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 15h12min:

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aproveito para agradecer aos Srs. Vereadores e muito especialmente à Ver.^a Mônica Leal a interrupção da Sessão daquele dia, por força da perda do meu pai. Agradeço às inúmeras manifestações de carinho que tive neste triste episódio que, infelizmente, todos nós temos que passar ou já passamos. Só quem já passou sabe a dificuldade e a dor dessa questão.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, à Emenda nº 17 ao PLCE nº 007/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que solicita que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01 a nº 06, com a Subemenda nº 01, e as Emendas nº 07 a nº 27 ao PLCE nº 007/18.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0725/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 007/18, que institui o Regime de Previdência complementar no âmbito do Município de Porto Alegre, fixa limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões, de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar.

Observações:

- com Emendas nºs 01 a 21 e 23 a 27 e com Subemenda nº 01 à Emenda nº 06;
- retirada a Emenda nº 22;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 18-06-18 por força do art. 95 da LOM;
- discutiram a matéria os Vereadores Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, João Bosco Vaz, Prof. Alex Fraga, Felipe Camozzato e Aírto Ferronato.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em discussão o PLCE nº 007/18. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Senhoras e senhores, nós já fizemos a nossa tarefa de casa na Prefeitura de Porto Alegre. Há 17 anos foi feita a reforma da previdência em Porto Alegre e foi criado o Previmpa, o fundo de capitalização, que equaciona as aposentadorias a partir de 2001, para que essas não tenham, no momento em que acontecerem, nenhum custo a mais para o orçamento da Prefeitura.

E o primeiro elemento com o qual eu quero insistir com os Vereadores e Vereadoras que ainda têm dúvidas, Ver. José Freitas, é que os Estados que são usados como argumento – a União fez; os Municípios estão discutindo, não ainda tem Município que fez –, é que esses Estados, Vereadores, não fizeram o que nós fizemos aqui em 2001! Não criaram um fundo de capitalização, não criaram o seu sistema próprio de previdência, não resolveram o que Porto Alegre já resolveu há muito tempo. Mais da metade da carreira de um funcionário público já está coberta, já está prevista pelo fundo de previdência. O Prefeito deveria olhar isso e ver que, a médio e longo prazo, isso está equacionado e está resolvida a previdência municipal. No ano passado, inclusive, contra cálculos atuariais, foi ampliado o valor, a contribuição dos municipais e municipais e não a do Governo, apesar do congelamento dos salários dos municipais. Então esse é o primeiro elemento técnico objetivo. Se formos criar uma previdência complementar, nós teremos três sistemas concomitantes em Porto Alegre – três! Três tipos de funcionários convivendo, trabalhando juntos, três lógicas, e esta última é uma lógica perversa – já vamos explicar por quê. Mas antes de entrar nos elementos, eu quero dizer que procurei a DL agora para saber se, no projeto, no processo, foi pensado o Parecer do Conselho do Previmpa sobre este projeto de lei. Projeto que não veio do debate com a categoria, projeto que não veio do debate do órgão de previdência, e que recebeu, posteriormente – foi quando foi possível, porque não foi debatido anteriormente –, um Parecer do Conselho do Previmpa, rejeitando-o. “Ah, mas o que o Conselho do Previmpa tem a ver com isso?” Tudo! Porque pela lei que nós temos que cumprir, cabe ao Conselho de Administração do Previmpa examinar e emitir parecer sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município. Nós temos um órgão de previdência, um órgão que arca com as aposentadorias e benefícios previdenciários, que rejeitou este projeto, e sequer este Parecer veio no processo para esta Casa. Isso reveste de ilegalidade, inclusive, o projeto de previdência complementar. E mais: com a rejeição do órgão, o Município tinha a obrigação de refazer o projeto, de retomar o debate com o órgão de previdência e com a categoria municipal, que é quem terá sua vida implicada por este projeto. Portanto, de novo, cabe a este Legislativo corrigir os erros democráticos, os erros de gestão e as ilegalidades – há ilegalidade quando o Município insiste em fazer política previdenciária a despeito do órgão de previdência do Município de Porto Alegre! E é muito grave e é falta de ética o Presidente do Previmpa defender, fazer um Parecer

favorável, apresentá-lo aos Vereadores e Vereadoras, para os assessores, contra a opinião do órgão máximo do Previmpa, que é contrária! (Palmas.) Este Presidente teria que pedir demissão, porque não respeita a instância máxima do Previmpa, instância que ele preside. Ele faz parte, é membro do Conselho, ele não está acima...

(Som cortado, conforme determinação da Presidência dos trabalhos.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): ...Obrigada Presidente, neste último minuto, gostaria de trazer dois objetivos que os demais Vereadores vão discutir. Fora essas ilegalidades, a falta de necessidade e a desorganização no Sistema Previdenciário, que a previdência complementar propõe; tem de ficar muito claro que, até o teto do salário do INSS, o máximo de previdência, nada muda. O que se está propondo depois é, na verdade, reduzir o salário dos servidores, sim, na hora da aposentadoria, mais ainda do que o fundo de capitalização, que já reduziu, que já é diferente da repartição simples. E pior do que isso é jogar na sorte do sistema financeiro, porque isso é um investimento, não é uma reserva, não é uma poupança. O resultado dele estará...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadora. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caro Presidente Valter Nagelstein; colegas Vereadoras e Vereadores; senhoras e senhores, em nível federal, foi criada a previdência complementar. As senhoras e os senhores têm uma ideia de que, em nível federal, nós temos uma quantia razoável de servidores. As senhoras e os senhores sabem quantos servidores públicos federais aderiram à previdência complementar até agora? O número é irrisório. Os dados são desta semana: no Estado de São Paulo, dez mil servidores solicitaram a migração para o Regime de Previdência Complementar. Se no País, com esse tempo todo que temos a previdência complementar, apenas dez mil pediram ingresso neste sistema de previdência complementar, a pergunta que não quer calar é a seguinte: nós que criamos, em 2001 – se estou bem certo – o nosso Previmpa, que ao longo deste tempo mostrou que tem saúde financeira, que os funcionários, os servidores e servidoras estão sempre atentos e acompanhando a forma de investir e capitalizar? Pergunto quem pretende buscar uma previdência complementar numa organização que terá que ser criada, que terá que ter investimento do erário, portanto, tirar dinheiro do caixa único, com essa dificuldade financeira de Porto Alegre, para, a partir de então, criar uma gestão cujos diretores receberão salário de um secretário e o

diretor-geral receberá 20% a mais do que o salário de um funcionário – vai ter que ter uma estrutura de funcionários, não vai ter que ter? Vai ter que criar todo um sistema novo. As senhoras e os senhores sabem muito bem o que significa criar um sistema de tecnologia de informação para um serviço desta magnitude. É um gasto imenso, coisa que, por exemplo, o Previmpa já tem e está funcionando. Então pergunto o seguinte: quando haverá um retorno para o caixa da Prefeitura deste investimento feito? Quantos das senhoras e dos senhores vão aderir a este novo sistema? (Manifestações nas galerias.) As Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores estão ouvindo? Vamos dizer que as senhoras e senhores não representam o todo, mas ninguém que nos contatou, disse: “Vereador, vote pelo novo sistema de previdência complementar”. Ninguém! Tenho recebido *e-mails*, WhatsApp, MSN, e eu circulo pela Cidade, falo com muitos servidores e parentes de servidores, ninguém me abordou solicitando que aprovemos este projeto. Mas a situação aqui na Casa vai dizer: “Mas o seu Governo criou”. Sim, criou, e daí? Nós estamos vendo que aquilo que era uma pressão de Estados, como São Paulo e outros, para resolver o problema previdenciário, não está tendo a adesão dos servidores. O Previmpa tem que ser consultado, pelo seguinte: todos terão que contribuir até o teto, R\$ 5.600 mil. Porque se é complementar, será dos R\$ 5.600 mil em diante. Isso interessa para o Previmpa? É claro que interessa. Perguntem aos seus colegas se pudessem optar e fazendo as contas, o que decidiriam? O valor que se paga para a aposentadoria complementar, se não tiver segurança jurídica, se não tiver segurança institucional, se não tiver segurança de gestão, vai ser aplicado na previdência complementar ou vão pegar R\$ 500,00 ou R\$ 400,00 para aplicar em alguma coisa que garanta a vida da sua família? Essa é a pergunta – não precisa gritar, não precisa fazer furdunço, é só pensar um pouco. Nós estamos aqui, hoje à tarde, para pensar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas, em especial a quem nos acompanha nessa primeira Sessão depois do recesso; servidores e servidoras do Município; cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, eu serei breve, porque alguns dos argumentos que eu achei importantes colocar aqui na tribuna, foram recém colocados pela Ver.^a Sofia Cavedon e pelo Ver. Adeli Sell. Mas há, pelo menos, dois ou três temas que devem ser reforçados. Essa colocação do Ver. Adeli, de um baixo número de servidores federais ter optado pela previdência complementar mostra que aqui talvez tenhamos a mesma situação. E os cálculos mostram que, num primeiro momento, inclusive, houve um aumento de recursos que o Governo Federal precisou colocar para complementar a remuneração das aposentadorias. Então, há o discurso do

Prefeito Marchezan da crise e havendo uma baixa adesão à previdência complementar, possivelmente teremos um aprofundamento da fala do Prefeito quanto à questão financeira do Município. Este é um projeto que tem, até o momento, 27 emendas, e o mais importante, e que me faz subir aqui, é que a questão central não é da técnica das emendas, mas da falta de confiança no Prefeito Marchezan, da falta de confiança, inclusive, de Vereadores da sua própria base, porque nós não temos garantia nenhuma de que, se aprovarmos emendas... É claro que, no momento em que se abre o painel de votação, e estamos entre “sim” ou “não”, preferimos votar “sim”, se a emenda é boa e melhora o projeto, diminui o impacto nocivo que ele pode ter, claro que poderemos votar a favor da emenda. A questão é que se condicionarmos o nosso voto no projeto – falo aqui para os Vereadores independentes e, inclusive, os da base do Governo – ao aprovar ou não uma emenda, o problema é que não temos nenhuma garantia de que o Prefeito não vetará esta emenda. Percebam, essa é a complexidade, Ver. Freitas; trata-se de um Prefeito que não dialoga e não se compromete, porque se ele viesse para o debate, agora que as emendas já estão protocoladas, e dissesse: “Olha, em relação a essas emendas, me comprometo, publicamente, por escrito ou de alguma forma, com não vetar”, talvez algum debate, algum diálogo teria, mas nós não temos isso. É comum, inclusive, projetos e emendas de Vereadores da própria base do Governo serem vetados pelo seu Prefeito, ou seja, navegamos num mar de total incerteza. Faço aqui esta fala mais de conteúdo político para dizer da complexidade que este plenário se encontra, neste momento, ao analisar as 27 emendas, sabendo que não haverá garantia nenhuma do não veto do Prefeito, caso elas sejam aprovadas. Portanto, estamos inclinados a votar contra o projeto, eventualmente apoiando alguma emenda, mas mesmo que elas passem, seremos contrários ao projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Sgarbossa. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde Vereadores e Vereadoras, trabalhadores municipais, parabéns pela luta que estão realizando! (Palmas.) Sem a luta de vocês, eu não tenho a menor dúvida de que a relação de forças no interior da Câmara de Vereadores seria outra. Felizmente, os municipais estão lutando, e nós conseguimos terminar o 1º semestre com uma importante vitória derrotando os projetos do Prefeito Marchezan que prejudicam o povo de Porto Alegre. Este projeto é mais um deles, embora muito pouco debatido. Infelizmente, há um certo senso comum de que a previdência complementar é uma ajuda para resolver o problema da previdência pública. Isso é um senso comum desenvolvido pela classe dominante brasileira, pelo sistema financeiro brasileiro, que, há muito tempo, tem interesse em fazer com que essa poupança popular, essa poupança social seja drenada para ajudar a alimentar o sistema financeiro. Esse era o objetivo dos bancos quando promoveram essa ideologia de que a previdência complementar é a solução para a crise da previdência. É

algo nacional, nós sabemos disso; infelizmente, já foi aprovado no País. Os dados que o Ver. Adeli trouxe são demonstrativos de que também, em nível nacional, foi um grave erro introduzir a previdência complementar – na verdade, o nome já não poderia ser esse. Nós temos, na Constituição Nacional, o regime de seguridade, que prevê previdência, saúde e assistência social. No País, há financiamento suficiente para garantir o regime de seguridade, há financiamento para garantir que a previdência seja encarada como deve ser encarada.

No mundo, a previdência sempre surgiu como um instrumento de políticas públicas para defender a cidadania, para defender os direitos daqueles que trabalharam a vida inteira, para que, na idade mais avançada, tenham o merecido direito ao descanso remunerado. É isto que, no Brasil, está sendo posto fora: o princípio de uma previdência contributiva e o princípio da solidariedade entre gerações. Esse projeto de previdência complementar é a quebra do princípio da solidariedade entre gerações. Eu vejo os debates do Governo do Estado, e isso, evidentemente, é o que a mídia vende como se fosse verdade. Eles argumentam, no Governo do Estado, que aumenta o número de inativos cada vez mais em relação aos ativos. Mas como seria diferente, Fernanda, Alex, meus camaradas de bancada, Sgarbossa, se não há contratações? É lógico que vai aumentar o número de inativos, quando os governantes, ao invés de contratar novos servidores públicos, tratam de demonizar os servidores públicos, aumentam as terceirizações, aumentam as privatizações e precarizam o serviço público! E a população, às vezes, acha, inclusive, que a responsabilidade é do servidor! Como se fossem os servidores que governassem o Município, o Estado e o País; e nós sabemos que não são! Os servidores são funcionários do Estado! Infelizmente, se nós tivéssemos na gestão do Estado, mais peso dos servidores públicos de carreira, eu tenho certeza que o serviço seria melhor, que nós não teríamos a corrupção, que nós não teríamos a indecência que nós temos de tentarem liquidar a previdência pública, como se tivessem salvando a previdência. No caso do Município, falam que o Previmpa não tem nada que ver com isso. Mas como é que o Previmpa não vai ter nada que ver com isso, se a previdência complementar vai significar, sim, a redução aos aportes ao Previmpa? E o Previmpa está bem, obrigado, conseguiu ter caixa! Se o dado que o Ver. Adeli trouxe é verdadeiro, e é verdadeiro que menos de 1%...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...No caso da previdência complementar, os cálculos que estão sendo feitos, Vereadores independentes, mostram que os custos que ela vai ter, significariam ter, pelo menos, 4 mil servidores aderindo à previdência complementar! Então, o Governo Marchezan está criando um custo, está criando uma despesa, sem sequer ter a receita correspondente. Por isso este projeto deve ser derrotado; é um projeto que... Na verdade, eu quero deixar bem claro, nós temos que

deixar, inclusive, de chamar de previdência complementar, porque, na medida em que a gente vai aderir à tal...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Colegas Vereadores, municipais que aqui se encontram, trabalhadores em geral, imprensa que nos assiste; eu tenho algumas dúvidas. Nós vamos ter, na cidade de Porto Alegre, dois fundos de previdência: o Previmpa e o POAPrev. Se a Prefeitura de Porto Alegre não tem recursos – e isso é dito semanalmente, mensalmente, há um ano e meio na cidade de Porto Alegre – para a previdência dos municipais, isso é o que o Prefeito fala, de onde é que vão sair os R\$ 10 milhões para botar – está no projeto – no POAPrev? De onde vão sair os R\$ 10 milhões? Eu estava ali no decorrer da discussão de todas as emendas que foram destacadas, e nós vamos poder discutir, e vi que 28 fundos de previdência municipais tiveram um rombo de R\$ 1,3 bilhão. Foi o levantamento feito agora pela CVM. Para o fundo de previdência do Município começar a ser viável, o POAPrev, ele terá que ter, no mínimo, quatro mil servidores. Eu queria saber se a Prefeitura irá contratar, a partir da implementação desse fundo, quatro mil servidores. Nós estamos com deficiência de professores de matemática em algumas escolas do Município de Porto Alegre, professores de geografia e de história; estamos com deficiência de médicos e enfermeiros no Município de Porto Alegre. De repente, esteja aí a contratação dos quatro mil servidores; serão quatro diretores com salário de secretários – quem serão e de onde virão esses diretores? Além disso, terão funcionários. Esses fundos de previdência, que 28 deles tiveram prejuízo de R\$ 1,3 bilhão no Brasil até abril deste ano, de 2018, dependem de investimentos bem sucedidos. Se temos uma Cidade, que divulgamos para todo o Brasil e para o Mundo, que está quebrada, falida, e que ninguém deve vir para cá, onde vamos investir? Nós temos fundos no Brasil, como o Previ, do Banco do Brasil; o Petros; o da Caixa Econômica Federal; o Postalís, todos esses viveram à beira da falência, porque investiram errado. Como sei que virá alguém aqui dizer que foi culpa do governo tal, eu pesquisei: foram os diretores desses fundos que investiram errado, investiram até nos Estados Unidos e no Canadá; investiram em fundos municipais, estaduais, de companhias americanas e canadenses de servidores, e também investiram errado; quem os salvou – vejam bem – foi o fundo de investimentos chinês chamado Alibaba. Entrou na Bolsa de Valores e salvou os fundos de investimentos do Canadá e dos Estados Unidos. Isso não vai acontecer aqui em Porto Alegre. Então, a minha dúvida sobre de onde vão sair os R\$ 10 milhões – que vou esclarecer no decorrer da discussão...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): ...E como temos várias emendas, a nossa dificuldade em aprovar alguns projetos se dará em função dos vetos do Prefeito. Então, queremos uma garantia do Prefeito, primeiro, de onde vão vir os R\$ 10 milhões, como será sustentado esse fundo, já que todos os servidores aqui – o Ver. Adeli e outros falaram – dizem que não vão aderir a esse fundo. Então, de onde virão os 4 mil servidores, no mínimo, necessários para manter esse fundo? E quem serão esses diretores, se eles – como os chefes da guarda que fazem a gestão do Previmpa –, virão aqui para a Câmara para serem sabatinados, se virão aqui para receber igual aos diretores das outras autarquias, e uma série de outros questionamentos que nós temos será discutido conforme as emendas. Por início seriam esses os questionamentos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Caros colegas municipais e municipais, caros colegas Vereadores e Vereadoras, algumas reflexões que já foram feitas aqui são muito importantes quando se discute este projeto. Eu aprendi com meu pai que existe um grupo de atividades que não produz nada, não presta nenhum serviço e que ganha vultosas fortunas do povo brasileiro, esse grupo é composto pelos bancos. Quero tecer alguns comentários importantes: os antigos, neste projeto, estão imunes a aderir, e nessa adesão voluntária – nós temos o exemplo do que feito no País, basta abrir a Folha de São Paulo e o Correio Braziliense da semana passada –, só 2% dos servidores federais aderiram ao programa, e o Governo Federal, agora, está numa tentativa absurda, desmesurada, para tentar terminar com o programa de previdência. Mais de 60% dos possíveis novos servidores do Município de Porto Alegre não atingem o teto do INSS, que é de R\$ 5.645,00. Portanto, vão diretamente para o Previmpa. E aqueles valores que excederem o teto serão de um número muito pequeno de servidores. Nós sabemos, pelos cálculos atuariais feitos, que esse programa, para ter viabilidade, sustentabilidade, precisa de 4.160 adesões para cobrir apenas o custo operacional. Está aqui! Isso aqui está no projeto, claramente colocado no projeto. No ano de 2018, o gasto será de R\$ 2,754 milhões; no ano de 2019, será de R\$ 3,191 milhões; no ano de 2020, será de R\$ 4,065 milhões. Então, para cobrir o gasto operacional, nós precisaremos do chamamento e da participação de mais de 4.160 pessoas. Será que essas pessoas vão ser chamadas no concurso? (Pausa.) Seria bom! Nós temos a colocação, no projeto, de quatro CCs com valor de secretários – eles não recebem remuneração, eles recebem um subsídio.

Por tudo isso, é claro que nós fizemos diversas emendas para tentar diminuir o impacto, mas a nossa opinião é de que este projeto, mais uma vez, não tem a mínima sustentabilidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e a todas, acho que um projeto dessa gravidade ir a votação em regime de urgência, sem nenhum debate profundo com conjunto da Câmara de Vereadores, é mais uma marca gravíssima do momento em que estamos vivendo, da irresponsabilidade do Governo Marchezan para com os servidores, e também com o conjunto da cidade de Porto Alegre. Vejam vocês: tivemos, antes do recesso, o Diretor do Previmpa fazendo propaganda para aprovação do projeto. Nós não tivemos autorizada a participação aqui no plenário da Câmara, para tirar as dúvidas dos Vereadores, do Dr. Todeschini, Presidente do Conselho de Administração que votou um parecer contrário ao projeto que está tramitando aqui; 16 dos 20 integrantes do Conselho de Administração votaram contra o projeto e não tiveram oportunidade de falar com o conjunto dos Vereadores e das Vereadoras de forma oficial, porque é evidente que esses servidores – respeito muito o trabalho do Dr. Todeschini, assim como do conjunto dos servidores que atuam no Previmpa para trazer esses temas – não fizeram uma discussão profunda sobre três temas: primeiro, como falou de forma corretíssima, meu colega Roberto Robaina, a criação de uma lógica que não é solidária e contributiva da previdência social; segundo, a mentira que o Governo Marchezan coloca todos os dias no jornal, que a previdência do Município é deficitária. Em primeiro lugar, o Previmpa é superavitário, muito bem superavitário o regime de capitalização; com relação ao regime de repartição simples, é verdade que o Município tem dívida com os servidores, mas por que o Município tem dívida com os servidores? Porque não pagou, durante décadas, a parte da contribuição patronal. Então, a responsabilidade, por óbvio, é do Município, é do patrão; não dos servidores! Foram décadas, então tem parcelas a pagar para garantir a previdência – 22 anos alguém me corrige. E como falou o Roberto, é óbvio que está aumentando o número de aposentadorias, porque o Governo não abre concurso, embora falem técnicos de enfermagem, falem professores nas escolas, embora tenham guardas municipais concursados querendo ser nomeados e faltando no serviço público, o Governo não repõe esses concursados. Então, é óbvio que vai aumentar a disparidade entre os servidores aposentados e os servidores na ativa, novamente, pela irresponsabilidade do Governo.

Acho que outros Vereadores trouxeram o absurdo que é uma previdência que, nos próximos três anos, gastará R\$ 10 milhões, e só terá a possibilidade de reaver esses recursos num prazo de 30 anos, estimando que 4 mil servidores façam a adesão ao novo plano. Sendo que a experiência federal já mostrou que pouca gente aderiu, e

aderiu ao plano porque está comprovado que os planos de contribuição definida e benefício variável tem sido um péssimo negócio para os trabalhadores. A Varig, todos falam do fundo Aerus, faliu, e os servidores não levaram um centavo da previdência complementar de anos que eles recolheram, gente – um centavo! Até hoje os servidores acampam no Congresso Nacional! Acampam no Congresso Nacional, Ver. Pujol, porque não receberam o dinheiro da sua aposentadoria. E o Prefeito quer criar isso aqui em Porto Alegre!

Eu fiz um trabalho sobre a Previ, sei que o Ver. Prof. Alex estuda muito o caso do Postalis e do fundo da Funcef, da Caixa Econômica Federal – dois casos em que se perdeu o dinheiro dos trabalhadores, e os trabalhadores estão pagando mais agora, para quê? Para usar esse dinheiro no sistema financeiro como se fosse um cassino, e mais do que isso: para servir à corrupção do Eduardo Cunha, que está preso, justamente pela corrupção do Postalis. Eu estudei, na minha especialização, o caso da Previ, que é o fundo de pensão dos servidores do Banco do Brasil, e o dinheiro dos servidores bancários serviu para financiar não as aposentadorias com valor maravilhoso, conforme os trabalhadores pagaram ao longo dos anos, serviu para financiar a OAS, a Odebrecht, a Invepar, a fusão da Sadia e da Perdigão, que gerou demissão, que gerou terceirização! E o dinheiro dos servidores, da previdência complementar, foi usado para dar liquidez a negócios das grandes empresas capitalistas! E é isso que o Prefeito Marchezan está querendo fazer no Município de Porto Alegre, com o aval da Câmara de Vereadores! E as emendas podem deixar o projeto menos pior, mas são a cereja do bolo, porque o âmago deste projeto precisa ser rejeitado!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando a retirada de tramitação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 17 ao PLCE nº 007/18.

Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, à Emenda nº 17 ao PLCE nº 007/18.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 02 à Emenda nº 17 ao PLCE nº 007/18.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18, por cedência do Ver. Ricardo Gomes.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Presidente, Ver. Valter Nagelstein, Vereadores, Vereadoras, eu sinto que neste projeto que estamos discutindo há muitas informações desconhecidas, muitas. Acho que temos que conversar mais, esclarecer mais, temos algumas dificuldades. O Ver. Janta veio aqui e disse que o SUS tem mandado mais dinheiro para a saúde de Porto Alegre. Não é isso que acontece.

(Aparte antirregimental do Ver. Cláudio Janta.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): O senhor não falou isso. Eu ouvi que o SUS, outros fundos têm mandado mais recursos. Então, vejam como são as coisas, já estão desencontradas. Eu entendi que ele disse que o SUS tem mandado mais dinheiro para a saúde de Porto Alegre. Então, não está mandando mais dinheiro. Está mandando menos dinheiro ou, no outro mês, manda um pouco mais. Na média, está mandando menos, e está mandando menos do que o ano anterior ainda, esse é um dos problemas sérios que nós temos.

Bom, o Ver. Dr. Thiago – vamos ver se eu entendi – veio aqui e disse que a administração do Previmpa...

Vereador Cláudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu não falei nem “mais”, nem “menos”. Eu só falei que o SUS mandou R\$ 56,5 milhões. Eu não usei a palavra “mais” nem “menos”. Eu só falei que houve um superávit de R\$ 56,5 milhões de recursos do SUS e da Educação, não falei quanto é de um, quanto é do outro. Está no Portal Transparência, não são informações minhas; são informações da Prefeitura na página 7 do Portal Transparência.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): A Prefeitura, que foi na Comissão de Finanças, disse que claramente que o SUS tem mandado menos para Porto Alegre, está lá na contabilidade.

O Ver. Dr. Thiago falou aqui que a administração do Previmpa terá três ou quatro diretores que ganharão salário de...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Quem sabe eu troco? Eu vou para aí, e vocês vêm para cá.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ótimo! Muito bom. Daqui a dois anos, teremos novas eleições, e vocês terão essas oportunidades, eu não estarei mais aqui. Muito bem!

Vamos esclarecer: a administração da previdência complementar será feita por funcionários públicos, servidores municipais efetivos, e não com duplo salário – com um salário só! O mesmo salário. Está escrito aqui na lei, vocês devem ler a lei. Então, o que eu queria dizer é que a previdência complementar para os atuais não é obrigatória e, sim, permite que as pessoas escolham aderir ou não, complementarmente, mas ela é destinada para os novos. Por que agora vai mudar? Porque o regime de repartição simples continua com o déficit elevado para aqueles funcionários admitidos antes de 2001 e eu vejo vários funcionários aqui aposentados...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): ...A Prefeitura vai ter dificuldade para manter as aposentadorias porque o déficit é muito grande. Então nós precisamos diminuir a saída de recursos da Prefeitura, sim, precisamos diminuir para que ela consiga suportar essas aposentadorias do regime de repartição simples e, no futuro, no regime de capitalização. Então fica muito claro, a aposentadoria complementar, o fundo complementar será administrado pelo Previmpa. Não tem nada de privatização.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver. Nedel, a previdência complementar será administrada pelo POAPrev. Previmpa é até o teto.

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 28, de autoria dos Vereadores Dr. Thiago, Cláudio Janta, Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 007/18. Apregoo e defiro o Requerimento autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 28 ao PLCE nº 007/18.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/18, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, presidindo os trabalhos; Vereadores e Vereadoras, obrigado Ver. Aldacir Oliboni pela cedência do tempo, mas eu precisava voltar para explicar ao Ver. João Carlos Nedel que, como diz um colega nosso aqui, “não é bem assim!” Não é bem assim. Esses números, o senhor não pode comprar como se fossem, todos eles, verdadeiros. A Prefeitura apresenta números; cabe ao Vereador que tem mandato, com suas assessorias, na discussão com secretarias, com funcionários de carreira analisar; e não repetir as folhinhas que os cargos em comissão entregam na sua mão! Não pode! Não pode comprar gato por lebre! Eu tenho outras folhas. As minhas vêm de servidores de carreira, que têm militância no sindicato, que têm militância nas associações. E os números não batem.

Já foi aqui exaustivamente dito que se não tiver um número mínimo de adesão, porque é uma previdência complementar... E não tem milhares de servidores que ganham acima do teto, pelo contrário, a grande parcela dos funcionários, das servidoras e dos servidores, são pessoas que ganham abaixo do teto, ganham um salário minúsculo, sem reposição da inflação. E aí nós queremos vender uma ideia de uma

megaestrutura, criar uma nova instituição. Se, em nível federal, o Governo tem dificuldades de fazer ingressar pessoas nessa previdência complementar, como em Porto Alegre, com a dificuldade da economia local, com os problemas que nós já tivemos, inclusive de atraso no pagamento de salários, nós vamos conseguir, em tão pouco tempo, ter uma instituição superavitária? Nós temos condições de manter a saúde financeira do Previmpa, criado há 17 anos. Está dando certo e que continue assim! Por isso nós vamos solicitar a paciência dos servidores, mas é preciso explicar, e eu diria mais.

Vereador Dr. Thiago (DEM): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu só queria fazer um adendo ao que o Ver. João Carlos Nedel falou anteriormente, quando se referiu ao que eu tinha citado, foi a Previ privada. Com relação à questão da remuneração dos diretores, está bem claro no art. 41: os diretores farão jus à remuneração correspondente ao subsídio de secretário, sendo que ao diretor-presidente será acrescida ainda, além disso, verba de representação de 20% do subsídio. Eu só queria deixar claro.

(Manifestação das galerias.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): É o que eu venho dizendo. Onde, na iniciativa privada, hoje, tem essa moleza? Essa moleza de criar uma instituição pequena, constituir essa empresa com quatro diretores com esse salário! E me digam qual a empresa privada que vai se constituir com essas condições? Vai falir no primeiro ano. Não tem condições! Por isso o ideal, o bom seria que nós votássemos aqui e agora: não, não e não! Esquecemos as emendas, nós votaremos não, não e não!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLCE nº 007/18.
(Pausa.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h13min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2201/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 052/17, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui § 15 no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, dispendo sobre a incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) sobre os imóveis de propriedade do Poder Público cedidos, a título gratuito ou oneroso, para empresas privadas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades econômicas com fins lucrativos.

PROC. Nº 0731/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 065/18, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Ancoradouro Nico Fagundes o equipamento público localizado nos fundos da Usina do Gasômetro, na orla do Lago Guaíba, no Bairro Centro Histórico.

PROC. Nº 3230/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 379/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que determina ao Poder Executivo Municipal, no âmbito de sua Administração Direta e de sua Administração Indireta, a realização de compras públicas de produtos da agricultura familiar em um percentual mínimo de 30% (trinta por cento) das aquisições de alimentos.

PROC. Nº 3056/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 344/17, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que obriga os estabelecimentos que oferecerem ou utilizarem os serviços de caixa eletrônico em suas dependências a manter vigilantes durante o seu horário de funcionamento.

PROC. Nº 0991/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/18, de autoria da Mesa Diretora, que altera o art. 10-A da Resolução nº 1.559, de 22 de agosto de 2001 – que estabelece o estágio extracurricular na Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) para estudantes do ensino médio e do ensino superior –, e alterações posteriores, tornando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o índice de correção dos valores pecuniários das bolsas-auxílio de estagiários.

PROC. Nº 2906/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 290/15, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Praça Estádio dos Eucaliptos o logradouro público cadastrado conhecido como Praça dos Eucaliptos, localizado no Bairro Menino Deus.

PROC. Nº 1484/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 168/17, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que cria o Programa Censo de Inclusão de Autistas.

PROC. Nº 0748/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 067/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Praça Jurema Francisca Dutra Rodrigues o logradouro público cadastrado conhecido como Praça 4064, localizado no Bairro Jardim Carvalho.

PROC. Nº 0832/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 077/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Aluizio Paraguassu Ferreira o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil e Noventa e Quatro, localizado no Bairro Hípica.

PROC. Nº 2192/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/17, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Villa-Lobos, pela criação e manutenção da Orquestra Villa-Lobos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Olha só, está em discussão preliminar de Pauta. Infelizmente, fomos para a Pauta porque a base do Governo tirou o quórum, porque não tem os 19 votos aqui hoje para aprovar a previdência complementar, e não terá porque ela não convence, porque ela é ruim para a Cidade e ruim para os municipais. Nós temos que saber, Vereadores e Vereadoras, que os municipais estão em greve, e o que interessa para nós é diminuir esse tempo de greve. Nós queremos votar e rejeitar esse projeto para a Cidade voltar a funcionar, para as escolas voltarem a funcionar, para os postos de saúde voltarem a funcionar. O Governo sequer está com o seu Líder de Governo no plenário. Está a greve acontecendo e o Governo não está nem aí para a cidade de Porto Alegre. Isso é um absurdo, e por isso dá ensejo de gritar *impeachment*. Não tem Prefeito para receber as entidades, não tem Prefeito para dialogar, não tem Prefeito para vir aqui encaminhar os dilemas e os problemas que ele mesmo cria para nossa Cidade.

E eu quero dizer aos senhores que está tramitando o troféu Câmara de Porto Alegre, que cada Vereador dá um a cada quatro anos, e sabem para quem estou encaminhando? Para a EMEF Heitor Villa Lobos, cujos alunos foram campeões de Robótica no Canadá, agora no mês de julho. A mesma escola que é vilipendiada pelos projetos que estão aqui na Câmara, que se passasse aquele projeto número oito, aqueles bravos professores e professoras teriam perdido a valorização salarial em anos de trabalho pela sua carreira.

Esta é a resposta, a gratificação que o Governo quer dar para quem trabalha lá na periferia, enfrentando a violência, enfrentando miséria, enfrentando a fome dos

alunos, os alunos sem roupa adequada para estudar e indo para o estrangeiro, tamanha a qualidade e seriedade do trabalho das professoras e professores da rede municipal de ensino. E é esta qualidade que se estende aos servidores do DMAE, que se estende aos servidores do DMLU, da SMOV – e eu vou chamá-los, como suas Secretarias, com seus nomes originais –, porque essa estrutura que está aí não funciona. Terminaram com a Secretaria de Esportes e com a política de esporte, lazer e recreação. Pois são esses servidores que nós homenageamos, não com troféu, mas rejeitando os projetos que atacam a categoria municipal. E é isso que nós faremos na Sessão seguinte. Bravos municipais e municipais, a luta continua!

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver.^a Mônica, só queria fazer uma colocação para a Ver.^a Sofia: o Ver. Moisés não se encontra porque sua filha está doente no hospital, já que foi feita a consideração que está faltando o Líder. Acho que não fica bem estar falando de um colega que está com a filha doente no hospital. Muito obrigado.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver. Mauro, a causa é justa. A crítica é política, não é da ausência presencial.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Eu entendo que essa situação toda discutida na tarde de hoje, e que tem relação direta com rotina desta Casa, realmente precisa ser vista dentro do cenário que nós temos. Eu escuto muito, por parte de alguns, a alegação de que nós teremos, nos próximos anos, um grande grupo de servidores aposentados. Mas dentro dessa concepção colocada agora, o que nós observamos é a não reposição desses quadros. Isso, infelizmente, tem sido a tônica apresentada até este momento. Os déficits se avolumam na segurança pública: na Guarda Municipal, nós temos um concurso em que as pessoas estão mobilizadas, foram aprovadas, fizeram todos os testes, estão prontas para o chamamento; aí nós não tínhamos verba, dotação orçamentária, então nós criamos, na lei orçamentária municipal, um gravame para isso, foi destinado mais de R\$ 1 milhão para isso, e não aconteceu. Nós observamos os serviços da saúde perdendo mais servidores a cada dia; no HPS o déficit é muito grande, no Hospital Presidente Vargas o déficit é muito grande, naqueles locais de atendimento da Prefeitura, nos prontos atendimentos da Bom Jesus e da Cruzeiro, o déficit é muito grande, e nós não observamos a reposição. Por isso que nós colocamos aqui anteriormente que a sustentabilidade desse projeto inexistente, porque seriam necessários 4.160 novos ingressos no Município com adesão ao plano para que ele fosse minimamente sustentável, para que ele tivesse sustentabilidade operacional, e essa não tem sido a tônica do Município.

Outra coisa que muito me preocupa e que está imbricada nesse diálogo são as situações que têm sido consensuadas nesta Casa. Nós tivemos um projeto dos *food trucks*, projeto do Ver. Camozzato, acho, em que se criou um consenso na Casa, um consenso com os *food trucks*, um consenso com o comércio de Porto Alegre, um consenso entre os 36 Vereadores, e que foi vetado pelo Executivo – foi vetado pelo Executivo! Foi vetada, de novo, a sustentabilidade dos comércios de Porto Alegre, porque até os *food trucks* concordaram que eles não poderiam ficar a menos de 100 metros dos comércios; se não, matariam os comércios, Ver. Oliboni. Todos nós consensuamos, inclusive o pessoal dos *food trucks*, mas o Executivo vetou, o Prefeito Municipal vetou, fez um veto parcial.

Nós tivemos aqui o projeto dos táxis, o projeto do Uber, e houve um consenso, a maioria do pensamento político da Cidade caminhou para um lado. Os interessados participaram da construção, mas, aí, o Executivo vetou. Agora, nós vamos ter o veto do Uber de novo.

Isso tudo está acontecendo agora com esses projetos porque, efetivamente, eles não foram discutidos, foi banalizado o regime de urgência, eles não passaram nas Comissões; por isso, eles sofrem toda dificuldade do plenário. Eu, que não sou da turma do quanto pior melhor, rogo e rezo – por que não? – muito para que o Prefeito possa, neste 2º semestre, dar a virada, a virada do diálogo, a virada do entendimento, a virada do consenso com a Cidade, porque, se isso não ocorrer, nós vamos continuar aqui nesta tribuna defendendo os interesses da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a Sra. Presidente, os colegas Vereadores e Vereadoras, os municipais, o público que está aqui nos assistindo nesta tarde. Encerrada a Ordem do Dia sem que tenha entrado em votação o projeto de lei da previdência quer dizer que na próxima Sessão, quando votaremos, ou teremos Ordem do Dia, o primeiro projeto a ser votado será um Veto que tranca a pauta. Portanto, é bom esclarecermos a todos os cidadãos e cidadãs que estão nos acompanhando, porque a Diretoria Legislativa nos alerta que na próxima segunda-feira não será o projeto que até então estávamos discutindo, porque o veto aos aplicativos tranca pauta, e será o primeiro projeto a ser votado na segunda-feira, porque amanhã não tem Ordem do Dia. Esta informação é de extrema importância, porque os municipais que estão em greve e que estão avaliando o movimento, podem perceber que foi uma tática utilizada pelo Governo, nesta tarde, para retirar o quórum e não votar o projeto, porque iam ser derrotados. Iam ser derrotados! Vocês perceberam? E por uma questão de um minuto, um Vereador não entrou no Plenário, que votaria conosco, e nós teríamos os 19 Vereadores, para derrotarmos em bloco o Governo nesta tarde!

O Governo joga para a plateia uma coisa, isto é para a imprensa, mas aqui faz outra. Diz que fomos nós quem tiramos o quórum, nós estamos aqui para trabalhar! O Governo, perdido, desarticulado, perdeu o sentido de ser Governo! Fora Marchezan! Fora!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Nada melhor do que ...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito às pessoas que estão nas galerias, por favor, respeitem o Vereador que está na tribuna. Após a sua manifestação, os senhores podem exteriorizar o que bem entenderem.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, eu solicito, pela terceira vez, que se mantenham em silêncio, para que o Vereador que está na tribuna possa se manifestar.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidente Mônica, obrigado por chamar a atenção. Eu acho esta é a Casa em que é livre a manifestação, diferente de outros entendimentos que acham que as pessoas não devem estar aqui. Eu acho que elas devem. Inclusive os CCs do Marchezan, que foram convocados para estarem aqui acompanhando a Sessão, podem estar aqui, sejam CCs, sejam não CCs, não estou, de forma nenhuma, criminalizando, só acho que deveria ser aberto a todos. Infelizmente, se adotou essa política de invocar o PPCI, quando tínhamos aqui boa parte das galerias vazias, que poderiam ter sido utilizadas nesta tarde. O Prefeito não conseguiu convocar o número suficiente de CCs para ocupar as galerias.

O mais curioso desta tarde é lembrar o ano passado, quando dizíamos que os projetos necessitavam de debates antes de chegarem aqui. E, quando os projetos estão aqui, a base do Governo não dá quórum, porque não tem os votos necessários. Eles diziam sempre que o lugar do debate não era na sociedade, não precisava debater antes, o lugar do debate era na Câmara Municipal. Só que, quando chega a hora de ir para o voto, eles tiram o quórum. Eu não estou criminalizando a retirada de quórum, a retirada de quórum é uma estratégia. Nós também, como oposição, retiramos quórum, usamos como estratégia. Não há problema nenhum em retirar o quórum. O problema é essa hipocrisia de dizer que aqui é o lugar do debate, mas só se for quando eles tiverem os votos necessários para patrolar, como querem fazer. Esta é a hipocrisia com a qual não

podemos concordar. Na tarde de hoje, estavam prestes a ter mais uma profunda derrota, como tiveram antes do recesso, e, como perceberam que não conseguiriam os 19 votos suficientes para aprovar o projeto, retiraram o quórum. Então, recomeçamos o segundo semestre com mais essa forma. Lembro que nas últimas semanas do semestre passado, o Prefeito Marchezan, que dizia querer votar, primeiro, os projetos ligados à arrecadação, naquela manhã de quarta-feira, na Reunião de Líderes, às 11h30min, conseguiu, infelizmente, o voto de 12 bancadas para puxar para a tarde a votação que tratava dos regimes e que, felizmente, foi derrotada. Então, um Prefeito que adora estratégias e que cruelmente transferiu a votação para tarde, como provocação, sendo que nas quartas-feiras, pela manhã, de regra, se decidem os projetos que serão votados na semana seguinte – esta é a lógica e a prática desta Casa. Pois bem, às 11h30min daquela manhã decidiu-se o que seria votado às 14h30min do mesmo dia! Infelizmente, a Brigada foi chamada para tentar se proteger; lastimamos aquela tarde fatídica, com bombas de gás aqui nesta Câmara.

Mais uma vez hoje, nesta tarde, fica claro que o *modus operandi* do Prefeito continua o mesmo, que ele não consegue sequer convencer a sua base, porque não é confiável. Um Prefeito que veta emendas e projetos da sua própria base de Governo não é de confiança, nem da oposição e muito menos da sua base. Então, derrotaremos, novamente, o Marchezan Júnior. Vamos à luta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há mais inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h35min.)

* * * * *